



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Coordenação de Compras**  
**Divisão de Licitação**

---

DECISÃO DO PREGOEIRO

Vistos e examinados.

Trata-se de impugnação **tempestiva** movida pela empresa **TICKET LOG – TICKET SOLUÇÕES HDFGT S/A**, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 61/2019, cujo objeto gira em torno da **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E CONTROLE COM AUTOGESTÃO DE FROTA PARA ABASTECIMENTO (TODOS OS TIPOS DE COMBUSTÍVEIS, LUBRIFICANTES, ADITIVOS E DERIVADOS), QUE COMPÕEM O PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, DE FORMA CONTINUADA, JUNTO À REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO, EM ÂMBITO MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL**, precisamente quanto aos CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

**1 - DOS FATOS**

Versam o presente termo de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 61/2019, no qual a empresa alega basicamente o que relatamos a seguir:

*“Ocorre que o instrumento convocatório desta licitação possui especificações que são inaplicáveis ao objeto ora licitado considerando suas particularidades, cuja exigência e manutenção não estão de acordo com a realidade do objeto e permitem que empresas sem qualificação econômico-financeira adequada participem do certame...”*

*“Ao tratar dos critérios de Qualificação Econômico Financeira, mencionados no item 47.3 nos deparamos com a seguinte colocação quanto aos critérios de qualificação econômico-financeiro exigidos:*

*47.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:*

*LG = Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante*

*SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante*

*LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante*

*47.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de: 47.4.1. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;”*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Coordenação de Compras**  
**Divisão de Licitação**

“Com a análise se baseando fortemente no índice em questão, estaremos sendo mal avaliados, pois a liquidez depende dos prazos médios de pagamento e recebimento; no nosso caso específico, recebemos do cliente em média no dobro do tempo em que pagamos a rede credenciada, corroborando para a redução do índice de liquidez.”

“Assim, sem a possibilidade de mais de uma forma de comprovação de qualificação econômico-financeira de modo alternativo, o edital contraria além da Legislação pertinente, a própria essência da licitação que é seu caráter competitivo.”

“Portanto, gostaríamos de solicitar que este órgão altere o edital mencionando que ALTERNATIVAMENTE, as empresas que não alcançarem o índice exigido, serão consideradas habilitadas se comprovarem possuir um capital mínimo ou valor do patrimônio líquido correspondente a 10% da estimativa de custos e/ou que apresentem garantia no valor de até 5% (cinco por cento) do total do contrato, em respeito ao princípio da Legalidade, Competitividade, entre outros (com a exclusão das demais exigências).”

“E são por essas razões que requeemos a reformulação do item questionado do edital, sendo para sua retirada ou alteração, exigindo outro valor de índice financeiro ou requerendo a apresentação alternativa de patrimônio líquido/capital social igual ou superior a 10% do objeto do edital (e não cumulativa), ou, ainda, somente a aceitação de garantia contratual como suporte de contrato.”

“Consequentemente, solicitamos a alteração do edital de acordo com a argumentação acima demonstrada, a fim de buscar efetivamente empresa que suporte a contratação com a qualificação econômico-financeira adequada e que promova maior competitividade ao certame.”

## **2 - DO MÉRITO**

Primeiramente, se faz necessário informar que a empresa encaminhou e-mail, impugnando o respectivo edital, a esta Instituição na data de 14.10.2019 às 11h31min (no e-mail [compras@ufgd.edu.br](mailto:compras@ufgd.edu.br)), assim estando o presente pregão agendado para o dia 18.10.2019 às 09h00min (horário de Brasília), a impugnação restou **tempestiva**, sendo interposta dentro do prazo previsto no Decreto nº 5.450/05, art. 18:

*Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.*

## **3 - DA ANÁLISE**

Quanto ao elencado pela empresa resta informar que à administração é facultada a exigência de patrimônio líquido mínimo nos certames que se destinem a compras para entrega futura conforme se extrai do disposto no art. 31 e parágrafos da Lei 8666/93.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Coordenação de Compras**  
**Divisão de Licitação**

---

Vale destacar que essa faculdade conferida a Administração possui limite máximo de 10% do valor estimado para a contratação, assim não há que se falar que o edital não está em consonância com a Lei.

Todavia a redação do art. 31 em seu § 2º comporta interpretação bastante razoável, em que as três alternativas ali indicadas poderiam ser consideradas como equivalentes.

“§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.”

Ainda em corroboração a este pensamento temos a SUMULA 275 do TCU onde indica:

“Para fins de qualificação econômica-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.”

Desta forma, a fim de ampliar as possibilidades de competição do certame, sem prejudicar a devida qualificação econômico-financeira, este último entendimento deve prevalecer.

#### **4 - DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, recebemos a presente impugnação, para, no mérito, julgá-la **PROCEDENTE**, entendendo, que são razoáveis e adequadas as necessidades instituição, as especificações do objeto conforme constam no Termo de Referência do Edital.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**Coordenação de Compras**  
**Divisão de Licitação**

---

Dourados, 21 de outubro de 2019.

**Andrey de Souza Mallmann**  
Pregoeiro/Divisão de Licitação  
CCOMP/PRAD